



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
Comarca/Juízo: CAMETÁ – 1º Ofício de Registros de Imóveis e Notas.
Polo/Região Judiciária: 9ª
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

EDITAL DE CORREIÇÃO
Data da publicação: 23-02-2024
Data da abertura da correição: 02/04/2024
Data do encerramento da correição: 03/04/2024
Observações:

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: CARTÓRIO COHEN - 1º OFICIO EXTRAJUDICIAL DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMETÁ	
Código Nacional da Serventia (CNS): 06.672-0	CNPJ: 05.844.253/0001-65
Endereço: RUA SÃO JOÃO BATISTA, 290, CENTRO, CAMETÁ	
Telefone fixo:	Celular: (91) 99195-0590
e-mail: cartoriocohen@hotmail.com	Celular Plantão (RCPN):
ATRIBUIÇÕES	
<input checked="" type="checkbox"/> Tabelionato de Notas <input type="checkbox"/> Tabelionato de Protesto <input checked="" type="checkbox"/> Registro de Imóveis <input type="checkbox"/> Registro de Títulos e Documentos	<input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Naturais <input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Jurídicas <input type="checkbox"/> Registro de Distribuição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
Nome do(a) Responsável pelo Cartório: LUIZ WALDEMIR RIBEIRO RODRIGUES	
Status do(a) responsável: <input type="checkbox"/> Titular <input checked="" type="checkbox"/> Interino(a) <input type="checkbox"/> Interventor(a)	CPF: 170.388.122-20
Endereço: TRAVESSA PADRE ANTONIO FRANCO, 2288, BRASÍLIA, CAMETÁ	Ato de nomeação: PORTARIA Nº 5698/2017-GP Data da posse / exercício: 29/11/2017
Telefones: (91) 99195-0590	E-mail: cartoriocohen@hotmail.com
IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: EVERTON LUIZ GARCIA RODRIGUES	
CPF: 527.747.082-49	Portaria de designação: PORTARIA Nº 01/2020-CC
Endereço: TRAVESSA PADRE ANTONIO FRANCO, 2288, BRASÍLIA, CAMETÁ	Telefones: (91) 98528-4844 E-mail: elgrlp@hotmail.com
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo: Observações/Providências
PREPOSTOS	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Apresentado em Correição o Livro físico, com a informação de que a atualização é feita digitalmente pelo contador no sistema e-social.
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: O horario de funcionamento é de 08 as 14:00h (atendimento publico), para todos e de 16:00 às18:00 (trabalho interno).
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Portarias apresentadas em correição e enviadas via PDF. (02 portarias)
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5	<p>As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispondo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: As instalações físicas são bastante simples, divididos em dois ambientes: a) salão de atendimento; b) arquivo. Existe climatização apenas no salão principal de atendimento, e que ainda é insuficiente pois necessita de ventiladores. O arquivo apresenta acentuada percepção de mofo, necessitando de um desumidificador para tornar o ambiente mais salubre. Os livros estão organizados em prateleiras, havendo muito livros bastante antigos sem um tratamento de arquivo, estando encapados com papel madeira.</p> <p>Há a necessidade de uma higienização do local e dos documento a fim de diminuir o odor de mofo no local, bem como incrementar a refrigeração do salão.</p>
6	<p>O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
7	<p>Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, existe umidade acentuada na área do arquivo, sendo necessária a aquisição de um desumidificador para o local.</p>
8	<p>Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: apresentou apenas o alvará da prefeitura. A serventia possui apenas um unico extintor de incendio no salão principal de atendimento, bem como possui 03 (três) câmeras de vigilância . Determinação: Apresentar um pedido ao Corpo de Bombeiros para verificação.</p>
10	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: em sala separada, dividida por uma porta sem chaves.</p>
11	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possui rampa de acesso.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

12	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possui rampa de acessibilidade. Possui cadeiras e área climatizada e um bebedouro caso haja solicitação do público.</p>
13	<p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: aparentemente, não há problemas.</p>
14	<p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: possui dois computadores apenas, com três impressoras, sendo duas multifuncionais.</p>
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve reclamação por ocasião da correição.</p>
16	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Residente na Cidade.</p>
17	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme já explicitado anteriormente no item 3 deste relatório.</p>
18	<p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: em razão do baixo atendimento, não ha distribuição de senhas, sendo tudo feito a partir da percepção do atendente. Recomendação: Disponibilizar a distribuição de senhas, mesmo de que forma manual.</p>
20	<p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: de acordo com o interino, 03 (três) pessoas são suficientes para o atendimento.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

21	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Possui cartaz de gratuidade, explicitando todas as gratuidades legais, bem como possui fixada, no quadro, a tabela de emolumentos atualizada.
22	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: O recibo somente é emitido mediante solicitação da parte. Entende que o uso do selo já seria uma nota fiscal. Determinação: a emissão de nota fiscal automatizada de cada ato praticado, por meio do sistema Extradigital, que é utilizado pela serventia.
23	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: de acordo com o interino, 03 (três) pessoas são suficientes para o atendimento. Por ocasião da correição, restou apenas um colaborador no atendimento, o que ocasionou uma pequena espera. Todavia, causada pela correição de acordo com o interino.
24	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
25	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Nunca suscitou dúvida. Mas o caso de ocorrência, será feito via PJE.
26	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: sim, estão em conformidade com a formatação de livros.
27	Existem práticas viciosas a serem coibidas? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Não foram detectadas tais práticas.
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Não foram observadas irregularidades.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

29	<p>Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: o salão do arquivo possui bastante odor de mofo, com uma parede externa repleta de umidade e limo, propiciando mal odor no local de arquivamento, sendo necessária a aquisição de um desumidificador de ambiente.</p>
30	<p>Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O próprio sistema extradigital faz o backup em nuvem, duas vezes ao dia, DETERMINAÇÃO: Adequar o sistema para a realização de back up a cada 30 (trinta) minutos.</p>
31	<p>Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Já possui experiência de 03 (três) anos na serventia mas, quando há dúvidas, a serventia busca auxílio da assessoria jurídica, prestada por advogado da família.</p>
32	<p>Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
33	<p>Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
34	<p>Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Em bom estado de conservação, aberto em 1992.</p>
35	<p>Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Em parte. O livro Diário auxiliar faz referência a OS, e somente após uma investigação no sistema é que se consegue chegar ao ato efetivamente realizado, com a identificação de livro e folha. RECOMENDAÇÃO: Contactar o Administrador do Sistema extradigital para fazer consta no Livro Diário Auxiliar, a identificação do livro e folha dos atos que assim o permitam</p>
36	<p>Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? () SIM (X) NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Não utilizam o livro.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

37	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
38	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: segundo informam, não há pendência.
39	A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: O sistema foi implantado em 2022, apenas em razão da exigência do uso do selo digital.
40	A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
41	A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Utilizam o selo virtual.
42	Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (x) SIM () NÃO Observações/Providências: O proprio sistema providencia.
43	Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

44	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código de Normas)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
45	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
46	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A remessa ocorre varias vezes ao dia, mediante intervenção do servidor</p>
47	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme alegam, a serventia já solicitou diversas orientações acerca da regularização dos selos pendentes ao setor responsável, no entanto, até a presente data, os procedimentos adequados para regularização das pendências ainda não foram devidamente esclarecidos. por ocasião da correição apresentado ao interino o relatório situacional da serventia, com as pendências devidamente esclarecidas para regularização DETERMINAÇÃO: Regularizar todas as pendências apresentadas no Relatório de Correição</p>
48	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme relatório situacional.</p>
49	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O sistema de solicitação de cancelamentos e retificações foi apresentado ao interino e ao substituto.</p>
50	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

51	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Através do selo digital
52	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (X) SIM () NÃO Observações/Providências: sim, estão de acordo com a conferência manual.
CERTIDÕES NEGATIVAS	
53	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
54	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: De acordo com o relatório situacional, existe pendência de um mês de 2019 com o FRC, devendo tal situação ser resolvida.
55	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: Apresentada em Correição.
56	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Apresentada em Correição.
57	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Apresentada em Correição
58	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Apresentada em Correição.
59	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Apresentada em Correição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

60	<p>Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? () SIM () NÃO Observações/Providências: apresentar a certidão tanto no CPF quanto CNPJ</p>
61	<p>Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	
62	<p>O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta?" (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Não possuem cadastro no COAF. DETERMINAÇÃO: providenciar no prazo de 15 (quinze) dias o cadastro no sistema do Siscoaf, uma vez que a obrigação de adesão já se exauriu há muito tempo. Deve apresentar comprovação de resolução da situação</p>
63	<p>Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) () SIM () NÃO (x) PREJUDICADO Observações/Providências:</p>
64	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) () SIM () NÃO (x) PREJUDICADO Observações/Providências:</p>
65	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) (X) SIM () NÃO (x) PREJUDICADO Observações/Providências:</p>
66	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) (X) SIM () NÃO (x) PREJUDICADO Observações/Providências:</p>
67	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? (X) SIM () NÃO (x) PREJUDICADO Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

68	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ?</p> <p>(X) SIM () NÃO (x) PREJUDICADO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)	
69	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> <p>Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

SIM NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

SIM NÃO

Observação: Cada computador possui um nobreak.

Link de comunicação de dados megabits:*

2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

SIM NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

SIM NÃO

Observação: A refrigeração não é compatível.

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

inexistente físico virtual

Observação:

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

SIM NÃO

Observação: No sistema extradigital.

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

SIM NÃO

Observação: De acordo com o sistema extradigital é possível retonar em 15 minutos.

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

SIM NÃO

Quantos? (especificar) 03 impressores sendo 02 multifuncionais

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

SIM NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p>(X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui softwares licenciados para uso comercial? (X) SIM () NÃO. Especificar Observação:</p> <p>Possui software antivírus e antissequestro? (X) SIM () NÃO Observação: AVIRA</p> <p>Possui firewall? (X) SIM () NÃO Observação: do próprio windows</p> <p>Possui proxy? (X) SIM () NÃO Observação: possui endereço de porta específico.</p> <p>Possui banco de dados? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? 2 (DOIS) Observação:</p> <p>Não há equipe técnica dentro da serventia. quando ocorre problemas existe um prestador de serviço externo.</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD	
71	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:foi orientada a impressão da política com a ciencia de todos os funcionarios e fixação no quadro de avisos</p>
73	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: a encarregada é a escrevente Luciane Garicia Rodrigues de Almeida, que participou de um treinamento.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

74	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possui apenas um aviso com politica de privacidade, sendo necessário fixar a politica completa.</p>
75	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possui o formulário conforme apresentado</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
76	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: ja possui todas as matriculas no sistema da ONR.</p>
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
79	<p>Outras observações:</p>

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO DE IMÓVEIS	
1	<p>Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei??</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: via sistema extradigital</p>
2	<p>É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3	A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: No documento impresso, a parte ainda refere aos 30 dias corridos, sendo necessário adequar o sistema.
6	Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Foram encontradas matrículas abertas com memoriais descritivos, sem referencia a um ato específico. Verificar.
7	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Segundo informa o Interino, sim. Todavia, houve dificuldade de localização de imóveis no modo indicador real, devendo adequar o sistema a fim de garantir acesso rápido.
8	Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: De acordo com a tabela de emolumentos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
11	<p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Nunca suscitou dúvida ao Juiz de Registro Público. Fica registrado que caso ocorra deve fazer pelo PJE.</p>
12	<p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: não há registro de incorporação imobiliária</p>
13	<p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Conforma apresentado em correição.</p>
14	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
15	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula? () SIM () NÃO Observações/Providências: informou que, em 1995, quando foi criado o serviço de Registro de Imóveis de Mocajuba, as matrículas de imóveis foram encerradas. Mas não soube informar se foram encaminhadas as informações ao Cartório de Mocajuba e que, eventualmente, o oficial de RI daquele município lhe pede certidões sobre imóveis.</p>
16	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrares, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:</p>
17	<p>São observadas as disposições dos arts. 878 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: não houve compra de imóveis para estrangeiros no município.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	<p>Todas as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros são trimestralmente comunicadas ao INCRA e mensalmente à Corregedoria-Geral de Justiça? Conforme determina o art. O art. 879 do CNSNR/PA. Elas têm sido atualizadas no CNIB?</p> <p>() SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: prejudicado</p>
19	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>() SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: não há matrículas de terras indígenas neste cartório</p>
20	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 89/2019 (CNJ) relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI (quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações)?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamenta, conforme exigido pelo Provimento Nº 07/2022-CGJ?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nunca emitiiu, pois faz resolve em consulta informal com os interessados, antes mesmo da prenotação.</p> <p>DETERMINAÇÃO: realizar a prenotação e emitir as notas de exigências quando necessárias</p>
22	<p>O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nunca realizou</p>
23	<p>São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ)</p> <p>() SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: não há matrículas de terras indígenas neste cartório</p>
24	<p>O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês?(Provimento CNJ nº 115/2021)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Comprovante apresentado</p>
25	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

26	O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)? (X) SIM () NÃO Consignar data do último acesso: 26/03/2024 Observações/Providências:
27	A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
28	O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.709/1971? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
29	O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 006/2023-CRMB/CJCI? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
30	O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles) (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Verificar no SIAE
31	O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo? (X) SIM () NÃO Observação: De acordo com as informações prestadas, ocorreram dois casos em livros antigos, mas não possuem um levantamento.
32	Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
33	O Cartório acessar diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

34	As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: faz nota de exigência pela plataforma
35	O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONR com seus atos devidamente atualizados? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: digitalizada, mas não digitada
36	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: É feita a mesma pergunta no relatório de tabelionato de notas.
37	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: no tabelionato de notas, informaram que não
38	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
	Providências a serem adotadas: 1. Matrícula 7228 aberta c base em memorial descritivo, desmembrada de matrícula 605, folha 156, livro 2. 2. Matrícula 7223 aberta com base em memorial descritivo, desmembrado de imóvel matrícula 106. Documentos digitalizados. Prefeitura não emite título antes da abertura de matrícula (e portanto não há recolhimento de tributos ou alteração de propriedade) 3. Em desmembramento de matrícula 3857 livro 2-G não ficou averbado o remanescente do imóvel registrado na matrícula mãe, nem a localização precisa do imóvel registrado

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS	
1	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: mas não há organização. Os documentos ficam soltos e não há nenhuma referência aos livros e folhas dos atos lavrados. São arquivados junto com os documentos registrados nos registros de imóveis. Não soube explicar como seria arquivado se o ato não fosse registrado ou averbado no registro de imóveis e se fosse realizada escritura referente a imóvel não localizado em Cametá. Perguntado, informou se abster de realizar atos de imóveis localizados em outros municípios.
3	Mantém fichário de cartões de autógrafo? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: mas não arquiva os documentos das partes.
4	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: existe livro de presença de reconhecimento de assinatura por autenticidade
5	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: encadernação com parafusos
9	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

11	Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: consultado por amostragem, não foi identificada ficha de autógrafo de Mohema Costa Tocantins de Souza (escritura de doação, livro 101, folha 080)
13	O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: não são arquivados os documentos de identidade junto às fichas.
14	O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ) (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
15	Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, (X) SIM () NÃO Observações/Providências: o último testamento lavrado na serventia data de 2008.
16	O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º) (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
17	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023) () SIM (X) NÃO Observações/Providências: foi consultado, por amostragem, a alimentação do sistema referente a 1ª quinzena de março e 2ª quinzena de fevereiro. Não havia pendências.
18	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023) () SIM (X) NÃO Observações/Providências: verificado o relatório de inadimplência referente a 1ª quinzena de março
19	A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

20	Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
21	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: não soube informar qual o módulo rural para a região. Consultado o site da Embrapa, consta que o modulo fiscal para Cametá é 70 ha.
22	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m ² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? () SIM () NÃO Observações/Providências: NÃO HA PLANO DIRETOR OU LEI MUNICIPAL Consultado por amostragem, o loteamento Jardim II, respeita os limites legais de dimensão.
23	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
24	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) <u>26/03/2024</u> Observações/Providências: conforme consulta no sistema, o CNIB tem sido consultado regularmente.
26	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
27	Providências a serem adotadas: Livros – testemunha a rogo identificada mas não qualificada (livro procuração 50, folha 66, procuração de Maria Lindalva Americo Leite) idem procuração livro 050, folha 41 (procuração Juliana Silva Lobato) Livro de substabelecimento – inutilizar versos de páginas em branco



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Observações da equipe de correição:

O Cartório do 1º Ofício de Cametá, CNS 06.672-0, possuía competência para Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas e se encontrava vago na ocasião da correição, tendo sido seu interino, o Sr Luiz Waldemir Ribeiro Rodrigues, nomeado pela Portaria 5698/2017-GP.

Dado o tamanho da comarca de Cametá e, sendo este o único ofício de Registro de Imóveis do município, era esperado que o porte da serventia fosse maior. No entanto, devido à administração do serviço, o imóvel em que ele funcionava acabou sendo adequado à quantidade de atendimentos realizados e ao tamanho do acervo. Com atuação proativa do responsável, seria esperado que o volume de atos praticados e, conseqüentemente, do acervo fosse maior, o que não se verificou.

Ocorre que, em razão das disposições da Lei Estadual nº 10.538/2024, a serventia foi extinta, tendo seu acervo de Registro de Imóveis sido transferido para o Cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas (antigo 3º Ofício de Cametá) e o acervo de Notas sido transferido para o Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos (antigo Cartório do 2º Ofício – Merise Cunha), nos seguintes termos:

“Art. 2º da Lei 10538/2024:

(...)

XXIII - na Comarca de Cametá:

- a) no Cartório do 1º Ofício, ficam extintos os serviços de registro de imóveis e de tabelionato de notas, devendo os acervos de registro de imóveis serem transferidos para o Cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas; e os acervos de tabelionato de notas, transferidos para o Cartório do 1º de Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos;
- b) no cartório do 2º Ofício, ficam convalidados os serviços de tabelionato de notas e protesto de títulos, e ficam desacumulados os serviços de registro de títulos e documentos e registro civil das pessoas jurídicas, passando a denominar-se Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, devendo os acervos de registro de títulos e documentos e registro civil das pessoas jurídicas serem transferidos para o Cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- c) no Cartório do 3º Ofício, ficam convalidados os serviços de registro civil de pessoas naturais e interdições e tutelas, ficam desacumulados os serviços de tabelionato de notas e ficam atribuídos os serviços de registro de imóveis, registro de títulos e documentos e registro civil das pessoas jurídicas, passando a denominar-se Cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, devendo os acervos de tabelionato de notas serem transferidos para o Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos”

Por este motivo, alguma das observações sobre a estrutura física da serventia, que foram identificadas em correição, perderam seu objeto.

De todo modo, é conveniente consignar, no relatório, as pendências e falhas identificadas, para que os atuais titulares dos serviços de Registro de Imóveis e de Tabelionato de Notas, atuais responsáveis pelo acervo dessa serventia, tomem conhecimento e adotem as providências necessárias para solucioná-las.

Em relação ao relatório geral, referente a área administrativa da serventia, comum a todas as atribuições foi identificado o seguinte:

- 1) **Item 5 e 7** - As instalações físicas da serventia são bastante simples, divididas em dois ambientes: a) salão de atendimento; b) arquivo. A climatização existente no salão principal de atendimento é insuficiente. O



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

arquivo apresenta acentuada percepção de mofo, necessitando de um desumidificador para tornar o ambiente mais salubre. Os livros estão organizados em prateleiras, havendo muito livros bastante antigos sem um tratamento de arquivo, estando encapados com papel madeira. O imóvel não confere segurança ao acervo da serventia.

Providência: adequar as dependências da serventia aos serviços prestados, garantindo a segurança do acervo tanto em relação a terceiros, quanto a ação do tempo e, ainda, conferindo conforto ao usuário do serviço.

- 2) **Item 9 -Providência:** apresentar pedido, aos Corpo de Bombeiros, para verificação da segurança do local.
- 3) **Item 10 – Providência:** conferir segurança ao acervo, mantendo-o em local separado e de acesso restrito.
- 4) **Item 19 – Providência:** disponibilizar a distribuição de senhas, mesmo de que forma manual.
- 5) **Item 22 - Providência:** a emissão de nota fiscal automatizada deve ocorrer a cada ato praticado
- 6) **Item 35 - Providência:** regularizar a escrituração do Livro Diário Auxiliar, devendo identificar, facilmente, o ato praticado, com indicação de livro e folha.
- 7) **Item 47 - Providência:** regularizar todas as pendências de prestação de contas de selos apresentadas no Relatório de Correição elaborado pela Secretaria de Planejamento
- 8) **Item 54 – Providência:** regularizar a pendência com o FRC.
- 9) **Item 62 - Providência:** providenciar no prazo de 15 (quinze) dias o cadastro no sistema do Siscoaf, uma vez que a obrigação de adesão já se exauriu há muito tempo.
- 10) **Item 70 – Providência:** regularizar os requisitos de tecnologia previstos no Provimento 74.
- 11) **Item 71 - providência:** imprimir a política de LGPD com a ciência de todos os funcionários para fixação no quadro de avisos

Em relação ao serviço de Registro de Imóveis, impõe-se o cumprimento das determinações abaixo, de forma imediata:

- 1) **Item 6 – Providência:** deve ser regularizada a escrituração dos livros de registro de imóveis, sendo fundamental a verificação, em cada matrícula, do destacamento da área do patrimônio público e adotar as providências necessárias para regularização.
- 2) **Item 7 – Providência:** regularizar a escrituração do indicador real.
- 3) **Item 11 – Providência:** suscitar dúvidas com o Juiz de Registros Públicos, pelo sistema PJE, sempre que necessário;
- 4) **Item 15 – Providência:** encerrar as matrículas do município de Mocajuba, conforme forem sendo abertas no respectivo registro de imóveis;
- 5) **Item 21 - Providência:** realizar a prenotação e emitir as notas de exigências quando necessárias
- 6) **Livros** - a) verificar regularidade das matrículas 7228 e 7223, abertas com base apenas em memorial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

descritivo. b) verificar desmembramento de matrícula 3857 livro 2-G não ficou averbado o remanescente do imóvel registrado na matrícula mãe, nem a localização precisa do imóvel registrado;

Em relação ao Tabelionato de Notas, impõe-se o cumprimento das determinações abaixo, de forma imediata:

- 1) **Item 2 – Providência:** proceder à organização dos documentos que deram ensejo aos atos;
- 2) **Item 3 e 13– Providência:** arquivar os documentos de identidade das partes, anexando-os às fichas de assinatura;
- 3) **Item 12 – Providência:** providenciar ficha de autógrafo dos usuários que pratiquem atos translativos de direitos
- 4) **Livros:** qualificar testemunhas a rogo e inutilizar versos de folhas em branco.

Submeta-se o presente relatório à apreciação do Desembargador Corregedor Geral de Justiça.

Belém, data da assinatura eletrônica

LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176

Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176
Dados: 2024.08.06 08:42:06
-03'00'

Lucio Barreto Guerreiro
Juiz Corregedor

PAOLA WATRIN
PIMENTA
MENESCAL:6582090828
7

Assinado de forma digital por
PAOLA WATRIN PIMENTA
MENESCAL:6582090828
Dados: 2024.08.06 09:35:44
-03'00'

Paola Watrin Pimenta Menescal
Analista Judiciário – Secretária da Correição